

# O COMPORTAMENTO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ALAGOINHAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964–1985)

*THE ELECTORAL BEHAVIOR IN THE MUNICIPAL ELECTIONS OF  
ALAGOINHAS DURING THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP  
(1964-1985)*

**Caliel Alves dos Santos<sup>1</sup>**

Universidade do Estado da Bahia

**Resumo:** O comportamento eleitoral é um dos escopos de pesquisa da Ciência Política no Brasil e no mundo. Diversas teorias foram criadas para investigar o fenômeno, mas, não consideraram a influência das diferentes temporalidades. Baseado no aporte teórico do historiador Fernand Braudel, o artigo buscou traçar uma nova proposta com abordagem serial-quantitativa, através de uma análise agregada sob fatores sócio-históricos e políticos. O universo de análise é o município baiano de Alagoinhas, na vigência da Ditadura Civil-Militar (1964–1985). O estudo demonstrou que a cidade seguiu a tendência do comportamento eleitoral nacional, e elegeu mais representantes políticos da ARENA, embora com prefeitos emedebistas.

**Abstract:** Electoral behavior is one of the research scopes of Political Science in Brazil and worldwide. Several theories were created to investigate the phenomenon, but they did not consider the influence of different temporalities. Based on the theoretical contribution of the historian Fernand Braudel, the article sought to outline a new proposal with a serial-quantitative approach, through an aggregate analysis under socio-historical and political factors. The universe of analysis is the Bahia municipality of Alagoinhas, during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The study showed that the city followed the trend of national electoral behavior, and elected more ARENA political representatives, although with emedebistas mayors.

**Palavras-chave:** Alagoinhas, Comportamento Eleitoral, Ditadura Civil-Militar.

**Keywords:** Alagoinhas, Electoral behavior, Civil-Military Dictatorship.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UNEB, e-mail: caliel\_alves@hotmail.com.

## Introdução

Os estudos do comportamento eleitoral no Brasil e no mundo focaram nos aspectos subjetivos dos indivíduos ou da sociedade em um determinado período histórico. Em diálogo com as teorias da Economia, da Sociologia e da Psicologia, foram definidos vários métodos de estudos eleitorais. Nesse artigo, se buscou uma nova proposta, uma abordagem serial-quantitativa que considerasse as temporalidades, a comunidade votante e a influência do sistema partidário vigente. Que fosse um método dedutivo, por excelência.

Todos esses elementos constituem uma dinâmica eleitoral própria a ser avaliada. Não se trata de substituir um determinante interno por um determinante externo, ao contrário, é expressar os fatores sócio-históricos que contribuíram para as escolhas eleitorais dos brasileiros. O sujeito vive em sociedade e participa de uma cadeia de relações sociopolíticas que devem ser consideradas.

A bibliografia tratou de definir a abordagem serial-quantitativa e problematizada, sem desejar criar generalizações. O universo de análise é local: a Alagoinhas da Ditadura Civil-Militar (1964–1985).<sup>2</sup> A Ditadura Civil-Militar, governo autoritário nascido de um golpe de Estado onde militares e civis desrespeitaram a ordem institucional e a constituição vigente, criou uma conjuntura marcada por processos eleitorais díspares dos anteriores, realizados em sistemas multipartidários e democráticos.

O município demonstrou uma continuidade no seu comportamento eleitoral, porém, com uma contradição nos seus resultados eleitorais: prefeitos emedebistas e a maioria de vereadores arenistas. Apesar da volatilidade, a cidade esteve direcionando grande parte de seus votos à direita e ao conservadorismo. Na

---

<sup>2</sup> Na historiografia, a memória dos eventos está em disputa, os conceitos também. Nesse artigo, foi feita a opção pela categoria analítica de Ditadura Civil-Militar, em detrimento de Regime Militar, que relativa o quão ditatorial a conjuntura sociopolítica brasileira foi; Ditadura Militar, que confere exclusivo protagonismo aos militares; e o conceito marxista de Ditadura Empresarial-Militar, que fica restrito a uma questão de classe. Setores das Forças Armadas ainda insistem de chamar o fenômeno histórico de “Revolução”, os mais nostálgicos de “Revolução Gloriosa”. O conceito de Ditadura Civil-Militar não abranda a violência do regime discricionário, não generaliza a reação da sociedade, não nega as suas relações contraditórias com o Estado, e nem busca absolver as Forças Armadas. Apenas estabelece a participação de setores civis na ascensão e manutenção do governo ditatorial de 1964 a 1985. Para um debate sobre a disputa entre os conceitos, ver, por exemplo: MARTINS, Eder Alexandre. Ditadura de quem?. // SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: ANPUH – Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962\\_ARQUIVO\\_EderMartins-Ditaduradequem.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962_ARQUIVO_EderMartins-Ditaduradequem.pdf). Acesso em: 23 out. 2023, às 10:16 horas.

pesquisa, artigos, ensaios e outras fontes ajudaram a elaborar os condicionantes dessas opções políticas.

Foram utilizadas diversas fontes, cada uma com as suas contribuições e limitações. Do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), as relações de prefeitos e vereadores eleitos no estado da Bahia nas eleições municipais de 15 de novembro de 1966 traz os nomes completos dos eleitos, partido e/ou legenda e votos obtidos. Não apresentam os números de votantes, comparecimento, votos nulos e abstenções.

Houve a necessidade em variados momentos de recorrer aos dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), livros onde se registraram variadas informações das eleições federais, estaduais e municipais de todo o país, divididos em vários tomos e volumes. Eles complementaram as informações e serviram para confrontar as fontes. Os dados estatísticos dos volumes 12 e 13 não estavam disponíveis para consulta *online*.

Os formulários resumos dos resultados das eleições municipais de Alagoínhas de 15 de novembro de 1970, 12 de dezembro de 1972, 15 de novembro de 1976 e 15 de novembro de 1982 possuem mais detalhes, embora variem na forma. O único formulário resumo a mostrar a lista de vereadores suplentes é o de 1970. Todas as seções organizadas funcionaram de 1966 a 1982. Não foi possível identificar os vice-prefeitos de 1966, 1970 e 1972.

Quando necessário, foram utilizados os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para complementar ou confrontar os dados quantitativos das eleições municipais. Dentro dos censos, foi possível identificar o perfil da população alagoínhense e suas variações demográficas, e até mesmo geográficas. Grande parte da população era composta de mulheres, e residentes no distrito Sede.

Para contextualizar ou reconstituir os fatos sociopolíticos, se recorreu aos livros de memórias de autores alagoínhenses, dentre eles: o jornalista Salomão Antonio Barros, a escritora Margarida Maria de Souza e o memorialista Pedro Marcelino. Alguns capítulos dessas obras tratam da atuação de alguns políticos locais e das disputas eleitorais, o que deu certa dimensão à esfera política local.

Outro corpo de fontes imprescindível para essa pesquisa foram os boletins eleitorais do TSE no quadriênio 1976–1979. Esses documentos permitiram a quantificação de eleitores filiados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por unidades da Federação. A maior parte dos filiados baianos se concentrou na ARENA. Em um dos boletins foi possível visualizar um modelo de cédula eleitoral usada na época para os cargos eletivos municipais.

### **O comportamento eleitoral numa perspectiva histórica**

A Ciência Política tem nos estudos eleitorais uma das suas mais importantes linhas de pesquisa. Uma das suas chaves de interpretação é o comportamento do eleitorado e os seus respectivos condicionantes. Embora não seja de exclusividade dessa disciplina, os cientistas políticos realizaram pesquisas abrangentes sobre o tema desde a sua fundação. São várias as possibilidades teóricas, indo do método indutivo ao dedutivo.

No Brasil, o Pensamento Político Brasileiro no início do século XX deu conta das pesquisas no âmbito do poder. A Ciência Política até 1960 era apenas um componente curricular de cursos como Ciências Sociais e Direito. Conquistou a sua autonomia científica e acadêmica no plano da Pós-Graduação, esse fato ocorreu em paralelo aos estudos de comportamento eleitoral no Brasil, e os três fatores definidos por Vinícius de L. Riba foram:

O primeiro foi o surgimento de revistas científicas voltadas às reflexões e pesquisas na área de Ciência Política, embora sob controle do Direito. O segundo foi a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, abrigando uma nova geração de cientistas políticos que fizeram seu doutoramento em universidades norte-americanas, recebendo formação metodológica e teórica comportamentalista. O terceiro foi a absorção do comportamentalismo pelos pesquisadores brasileiros a partir do final dos anos 1960, levando-os a investir em projetos de pesquisa, especialmente a partir dos anos 1970, baseados em observações empíricas, quantificação e no uso de *surveys*.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> RIBA, Vinícius de Lara. **Entre o empirismo e a teoria: uma análise da produção científica nacional sobre comportamento eleitoral (1956–2014)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. p. 6.

Existem cerca de quatro grandes teorias para a análise do voto: geografia eleitoral, elaborada pelo geógrafo francês André Siegfried; teoria sociológica, nascida entre pesquisadores estadunidenses da universidade de Colúmbia, dentre eles, Bernard R. Berelson, Paul K. Lazarsfeld e Willian N. McPhee; teoria psicológica, oriunda da Escola de Michigan, formulada por Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes; e a teoria da escolha racional, proposta por Anthony Downs e de cunho economicista.<sup>4</sup> Isso não impede o pesquisador ou pesquisadora de fazer abordagens híbridas, ou estabelecer as suas variáveis. O comum na maioria dessas teorias é o foco na subjetividade e num contexto de votação específico.

As pesquisas brasileiras sobre os condicionantes do voto utilizaram durante muito tempo os pressupostos da geografia eleitoral. Em seguida, predominou o paradigma da teoria sociológica, e após a chegada dos cientistas políticos formados nas universidades estadunidenses, a teoria psicológica começou a ser usada em larga escala no país. A teoria da escolha racional ou abordagem economicista também encontraram o seu espaço, embora com menor abrangência do que as sociológicas e psicológicas.<sup>5</sup>

Com o processo de redemocratização em 1988, novos estudos foram formulados. A inclusão dos elementos culturais, antropológicos e a criação de novas tipologias para se referir ao eleitorado trouxe novos horizontes para compreender o comportamento eleitoral. Pesquisas qualitativas e em contextos eleitorais locais também se tornaram possíveis, aumentando as possibilidades de análises de vários pesquisadores.

Através desses novos estudos, se percebeu um grave distanciamento das camadas populares em relação à política institucional. Para a maioria dos brasileiros, o sufrágio universal é como uma safra que ocorre num ciclo quadrienal, e o fruto colhido é o seu voto. Através da mídia e as propagandas eleitorais, os partidos tentam criar um nexos de afetividade, tocar a sensibilidade dos seus eleitores. A cultura política brasileira se divide entre o ceticismo do eleitorado e o personalismo político.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

<sup>5</sup> *Ibid.* 2001

<sup>6</sup> *Ibid.* 2001. 2001.

Uma pesquisa de comportamento eleitoral no âmbito da História não deve focar no sujeito, na sociedade ou na geografia, mas sim na influência das diferentes temporalidades. Logo, uma pesquisa debruçada sobre a média duração deve considerar a definição do historiador francês Fernand Braudel: “[...] [é] um recitativo da conjuntura que focaliza o passado em largos períodos: dez, vinte ou cinquenta anos”.<sup>7</sup>

Baseado na noção de diferentes temporalidades de Braudel, presente no artigo *História e ciências sociais*: a longa duração, foi possível inferir que o período de curta duração, ou ruptura, é marcado pelas diversas crises numa sociedade. É o tempo do sujeito, do cotidiano e da microanálise. Composto por guerras, revoltas, golpes de Estados, desastres naturais, alto índice migratório, etc. eventos que podem causar instabilidade socioeconômica e política. Instituições são desfeitas e regimes arrefecem. Em momentos assim, os votos costumam se alinhar contra os governantes. A oposição se fortalece e galga outros espaços institucionais.

Numa média duração como a Ditadura Civil-Militar, ocorre a institucionalização de um novo regime de governo. Nesse período, ocorreram mudanças profundas no corpo social, desde a cultura até a política. A conjuntura é o tempo de fortes mudanças sociais e institucionais. A soma de várias rupturas e conjunturas origina uma estrutura, um período de longa duração, longa como um século ou um milênio. Devido a sua escala abrangente no tempo e no espaço, o historiador a considerou quase imóvel e pouco mutável.

É num determinado contexto histórico que surge uma gama de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que condicionam o voto. Cada temporalidade cria as condições histórico-estruturais de uma sociedade. Os tipos de sistemas partidários, legislações eleitorais e partidárias incidem nas votações, é nesse âmbito que se formam as possibilidades de escolhas de uma população.

Com foco na temporalidade, os dados quantitativos são essenciais, mais que isso, a sua série. A serialidade dos números e dos fenômenos históricos ajudam o pesquisador ou pesquisadora a compreender as continuidades e rupturas nos pro-

---

<sup>7</sup> BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 9 dez. 2021, às 10:25 horas. p. 263.

cessos eleitorais. O comportamento eleitoral é volátil e não determinado por um único elemento, mas pode ser condicionado por variados fatores.

As abordagens quantitativa e serial podem ser combinadas em algumas pesquisas históricas, mas elas não significam a mesma coisa. José D'Assunção Barros estabeleceu diferenças entre a História Serial e a História Quantitativa:

A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão, e na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variação). Já a História Quantitativa deve ser definida através de um outro critério: o seu campo de observação. O que a História Quantitativa pretende observar da realidade está atravessado pela noção do "número", da "quantidade", de valores a serem medidos. As técnicas a serem utilizadas pela abordagem quantitativa serão estatísticas, ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos e de curvas de variação a serem observadas de acordo com eixos de abcissas e coordenadas.<sup>8</sup>

O historiador ou historiadora não pode apenas quantificar números, ou serializá-los, é necessário descrever o seu método de coleta ou mensuração, os seus conceitos e as suas representações matemáticas. Os números ganham sentido lógico devido a sua funcionalidade dentro dos estudos, "[...] que se evite as ilusões dos algarismos e a vertigem do número. O historiador não deve ser levado por sua certeza enganadora, nem por sua precisão aparente".<sup>9</sup>

Quantificados os objetos e fenômenos históricos, as unidades numéricas ganham novos significados em: quantificação, comparação, serialização, inclusão ou supressão. Apenas isso não é suficiente, é necessário descrever as suas qualidades intrínsecas. O número que corresponde a um voto válido é diferente de um voto nulo, pois, a sua qualificação é essencial para determinar o seu contexto na série ou tabulação.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> BARROS, José D'Assunção. As abordagens. // **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 149.

<sup>9</sup> SOBOUL, Albert. Descrição e medida em História Social. **Revista de História**, [S. l.], v. 37, n. 75, p. 175–188, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.128470. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128470>. Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:52 horas. p. 182.

<sup>10</sup> MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 41–90, 2008. Disponível em: [https://mpira.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA\\_paper\\_31919.pdf](https://mpira.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA_paper_31919.pdf). Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:56 horas.

As fontes analisadas para o estudo do comportamento eleitoral em Alagoinhas no contexto da Ditadura Civil-Militar foram os dados estatísticos do TSE, algumas edições dos boletins eleitorais de 1976 a 1979, os censos demográficos do IBGE, resultados eleitorais do TRE-BA e do TSE. Todas essas fontes fornecem dados quantitativos e passíveis de serialização, mas todos necessários de descrição, qualificação e problematização.

### **Alagoinhas e a volatilidade dos eleitores**

O Golpe Civil-Militar de 1.º de maio de 1964 que uniu militares e a burguesia liberal, causou um déficit democrático e uma centralização política na sociedade brasileira. O governo discricionário instalado relacionou a imagem do “inimigo interno”, ou seja, o comunista, à corrupção política. Contando com o apoio de populares e instituições como a Igreja, os militares realizaram os seus intentos.

Políticas públicas e toda forma de organização dos setores de base passaram a ser estigmatizadas. A reforma eleitoral instituiu o bipartidarismo para manter uma aura de legitimidade e melhor controlar a política institucional através de apenas dois partidos: a ARENA, o partido estatal; e o MDB, a oposição consentida, e nem menos violada em seus direitos.

O sistema bipartidário nasce como uma imposição da cúpula militar. O art. 18 do Ato Institucional n.º 2 extinguiu os partidos políticos e cancelou os seus registros.<sup>11</sup> Isso fez com que os congressistas ficassem sem o apoio de suas instituições partidárias, estivessem à mercê das arbitrariedades do governo discricionário. O Ato Complementar n.º 4 versava sobre a criação dos novos partidos. Uma das suas principais condições era o

Art. 1º Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que

---

<sup>11</sup> BRASIL. Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965. **Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 27 outubro 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:06 horas.

terão, nos termos [sic] do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes [sic] não se constituírem.<sup>12</sup>

Nas eleições de 7 de outubro de 1962, entre os 22 estados da federação, a representação política do Senado era de 66 cadeiras divididas entre 22 senadores do Partido Social Democrático (PSD), 18 do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 16 da União Democrática do Brasil (UDN) e 11 divididos entre outras legendas. Já a Câmara dos Deputados possuía uma representação de 409 deputados, sendo que 79 eram do (PSD), 55 da UDN, 63 do PTB, 6 do Partido Social Progressista (PSP), 6 do Partido Republicano (PR), 2 do Partido Social Trabalhista (PST), 2 do Partido Liberal (PL), 1 do Partido Democrata Cristão (PDC), 1 do Partido Republicano Progressista (PRP), 1 do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e mais 192 eleitos por coligações.

Mediante os números supracitados, e em respeito à legislação eleitoral, era possível criar três megapartidos. Mas de acordo entrevista do cientista político David Fleischer à Agência Senado, havia dois grandes blocos suprapartidários no congresso pré-Golpe Civil-Militar, eram eles: a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), esse último contando com a maioria no congresso. Ele contou que Pedro Aleixo tentou por duas vezes criar um terceiro partido na década de 1960, o Partido Democrático Republicano (PDR), sem obter êxito.<sup>13</sup>

Considerando que já havia uma polarização antes da instauração do regime ditatorial militar, as dificuldades impostas pelas regras eleitorais, e o medo do governo militar, houve apenas uma única via partidária de oposição, o MDB. Por pouco o Brasil não se tornou um sistema unipartidário. Com a grande quantidade de parlamentares progressistas cassados pela ditadura, quem se saiu fortalecida foi a ARENA, dominou o Senado Federal e a Câmara dos Deputados por um longo período.

Antes de o regime ditatorial ser instaurado, a cidade de Alagoinhas tinha uma representação política com 12 vereadores. O historiador Moisés Leal Moraes

---

<sup>12</sup> BRASIL. Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de 1965. **Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 20 de novembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:42 horas.

<sup>13</sup> FONTENELLE, André. Há 50 anos, país passava a ter só dois partidos. **Agência Senado**. Brasília, atualizado em 2 out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:32 horas.

descreveu o resultado da eleição municipal de 1962, realizada ainda em regime pluripartidário,

a bancada da situação nessa legislatura ficou sendo composta por sete vereadores, quatro eleitos pela Aliança Trabalhista Democrática (ATD) e três pelo PR. Eleitos através da ATD foram o médico Renato Bittencourt, o comerciante Jefferson Vila Nova, o funcionário público Milton Ramos, o veterano Vereador e, naquela altura, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Couros e Peles de Alagoinhas, Romualdo Campos, e José Dias da Silva, cuja condição sócio-econômica [sic] não foi identificada. Os representantes do PR eram o médico Jairo Azi, o ferroviário e presidente da Liga de Assistência Social ao Pobre, Adolpho Mendes e o presidente da Associação dos Comerciantes de Alagoinhas, Edson Oliveira. Quanto à bancada oposicionista, esta foi formada por quatro vereadores: Antonio Mutti e Manoel Otávio, eleitos pela UDN, além dos representantes do PSP, Alvino Neto, e Walter Campos, cirurgião dentista e proprietário do *Alagoinhas Jornal*.<sup>14</sup>

Murilo Coelho Cavalcanti, advogado e natural de Rio das Pedras em São Paulo, foi eleito prefeito através do PSD, e governou entre 1963 e 1966. Sua carreira política não terminou aí, ocupando outros cargos como o de prefeito e deputado estadual. Antes do sistema bipartidário, houve em Alagoinhas posições bem definidas entre os políticos conservadores e os progressistas, logo acentuada pela ARENA e o MDB.

O bipartidarismo produziu uma reconfiguração na política local. A primeira eleição municipal de Alagoinhas sob o novo foi em 15 de novembro de 1966. Foram eleitos os seguintes candidatos,

**Tabela 1** – Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1967–1971).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Antônio Figueiredo Carneiro	MDB	7.267
Vice-prefeito	—	—	—
Vereador	Miguel Santos Fontes	ARENA	738
Vereador	Jefferson Villa Nova	ARENA	695
Vereador	Antônio Mutti	ARENA	557
Vereador	Walter Altamirano Robatto Campos	ARENA	462
Vereador	Altino Ribeiro Rocha	ARENA	456
Vereador	Edson Oliveira	ARENA	437
Vereador	José Francisco Conceição	ARENA	401
Vereador	Oswaldo Barroso Bastos	ARENA	364

<sup>14</sup> MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948–1964.** Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2011. p. 117–118.

Vereador	Hostílio Ribeiro Dias	MDB	593
Vereador	Clóvis Teles da Silva	MDB	556
Vereador	Judélio Souza Carmo	MDB	474
Vereador	Carlos Navarro Filho	MDB	441
Vereador	Antônio Paolilo	MDB	350

Fonte: TRE-BA, Prefeitos Eleitos, (1966); TRE-BA, Vereadores, (1966).<sup>15</sup>

Dos vereadores reeleitos, Edson Oliveira e Jefferson Vila Nova, antes vereadores apoiadores da situação, se tornaram opositores. Antonio Mutti e Walter Campos, também reeleitos, permaneceram em oposição ao prefeito Antônio Carneiro. Esse último, assim como outros prefeitos emedebistas de Alagoinhas, possuiu a minoria na Câmara de Vereadores. Isso não o impediu de emplacar projetos, como a construção do Estádio Municipal Antônio Carneiro, “o Carneirão”, mesmo que tivesse que investir recursos próprios na empreitada.<sup>16</sup> Isso garantiu destaque na opinião pública, transmitindo a imagem de um político “construtor” e preocupado com as práticas desportivas locais.

Alagoinhas tinha vários times de futebol amador, dentre eles o Ferroviário, o Gato Preto, o Grêmio, Botafogo, Agulha e o Juventus. Os times faziam parte da Liga Desportiva de Alagoinhas (LDA), mas ainda não possuía uma seleção que pudesse competir ao nível estadual, e marcar o nome de Alagoinhas no Futebol baiano. A Seleção Brasileira de Futebol masculina já tinha conquistado o Bicampeonato no ano de 1962, se tornando uma febre nacional, o que motivou os quadros políticos locais a investir no esporte.

O clube alagoinhense que colocaria o nome de Alagoinhas no mapa do futebol estadual e quiçá do Brasil foi o Alagoinhas Atlético Clube, “o Carcará”, fundado em 2 de abril de 1970, mesmo ano em que a Seleção Brasileira conquistaria o Tricampeonato Mundial. Dentre os seus sócios-fundadores estavam o político e jornalista Walter Campos, primeiro presidente do clube; Linaldo Almeida Rabelo; Jairo Macedo Maia; Victor Nascimento Neto; José Mutti; o cronista esportivo Heraldo Aragão; e o criador do escudo atleticano, Saturnino Peixoto Pinto.

Apesar da inauguração do Estádio Carneirão em 24 de janeiro de 1971, o Carcará não poderia jogar no Campeonato Baiano de Futebol, a não ser após a

<sup>15</sup> Para lista de prefeitos eleitos, ver por exemplo, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Prefeitos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 15 abr. 1969. p. 1; para consultar vereadores eleitos, ver por exemplo, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Vereador 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 16 jan. 1968. p. 4.

<sup>16</sup> SOUZA, Margarida Maria de. **Memórias entrelaçadas**. 2. ed. São Paulo: Scortecci Editora, 2014.

movimentação dos poderes locais, “[...] com o prestígio do então Prefeito de Alagoinhas, Dr. Murilo Coelho Cavalcante, que levou a Diretoria ao Governador do Estado, Dr. Luiz Viana Filho, para expor a situação, veio o sinal verde, após interferir junto a FBF [Federação Baiana de Futebol] [...]”.<sup>17</sup> Isso reforça a ideia do investimento no futebol como um projeto político.

O governo de Antonio Carneiro foi um momento de desenvolvimento industrial, principalmente o setor agroalimentício e de mineração. Em 1961, petróleo em Alagoinhas, o primeiro foi no Povoado de Espinho, distrito de Boa União.<sup>18</sup> De acordo com o memorialista Salomão Antonio Barros, o poço MG-1-BA teve os resultados mais satisfatórios nas pesquisas de perfuração na região em junho de 1964. Em 1967, campos de petróleo foram descobertos no distrito de Araçás, extraíndo também gás natural. Além do campo aracaense, havia os poços do Miranga.<sup>19</sup>

É na década de 1960 que Alagoinhas se torna uma cidade de porte médio.<sup>20</sup> Passa por um processo de urbanização, aumenta a produção de bens e serviços e concentra sua oferta há nível regional. Novas escolas são inauguradas, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) passa a funcionar, se iniciou a construção do novo mercado municipal, além da oferta de novos serviços bancários.<sup>21</sup> Considerando esses aspectos, não parecia difícil ao MDB fazer um sucessor na prefeitura.

Sobre o pleito municipal de 1970, o memorialista Pedro Marcelino Pinto Neto descreveu o apoio de Antônio Carlos Magalhães a campanha eleitoral do ex-prefeito Murilo Cavalcanti, o que lhe possibilitou a vitória contra três candidatos arenistas. Apesar de eleito prefeito pelo MDB, se converteu ao carlismo.<sup>22</sup> Todos os seus mandatos como deputado estadual foram pela ARENA, e depois pelo Partido Democrático Social (PDS).

---

<sup>17</sup> BAHIA. **Moção de Aplausos pelos 50 anos de Fundação do Alagoinhas Atlético Clube**. A autoria de Gilmar Teles. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Conselho de Cultura da Bahia. Salvador, 30 mar. 2021. Disponível em:

[http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano\\_2021/MOCOES\\_ATUALIZADA\\_2021/MOCAODEAPLAUS\\_OS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf](http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano_2021/MOCOES_ATUALIZADA_2021/MOCAODEAPLAUS_OS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf). Acesso em: 18 dez. 2021, às 22:06 horas. p. 2.

<sup>18</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoinhas. BA**. 2. ed. Guanabara: IBGE, n. 480, 1970.

<sup>19</sup> BARROS, Salomão Antonio. **Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas**. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979.

<sup>20</sup> MORAIS, Moisés Leal. *Op. cit.* 2011.

<sup>21</sup> BARROS, Salomão Antonio. *Op. cit.* 2011.

<sup>22</sup> MARCELINO, Pedro. Política e violência. *In: Alagoinhas: o que a memória guarda*. Alagoinhas: FIGAM, 2015. p. 95-96.

Alagoinhas antecipou em dois anos um movimento eleitoral que faria do MDB uma força política de oposição viável. Na Tabela 2, é possível verificar o bom desempenho eleitoral de Murilo Cavalcanti e os vereadores emedebistas.

**Tabela 2** - Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1971-1973).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Murilo Coelho Cavalcanti	MDB	9.490
Vice-prefeito	—	—	—
Vereador	José da Silva Azi	ARENA	1.181
Vereador	Miguel Santos Fontes	ARENA	633
Vereador	Altino Ribeiro Rocha	ARENA	354
Vereador	Edson Oliveira	ARENA	324
Vereador	Jurilda Santana	ARENA	311
Vereador	José Francisco de Jesus	MDB	1.764
Vereador	Antonio Paolilo	MDB	821
Vereador	Antonio Henrique Cavalcante Xavier	MDB	804
Vereador	Domingos Seabra de Almeida Veloso	MDB	794
Vereador	Dimas Rodrigues Campos	MDB	710
Vereador	Álvaro Maia Nunes	MDB	607
Vereador	José Dias da Silva	MDB	483
Vereador	Aloísio Moura Costa	MDB	451

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1970).<sup>23</sup>

Os aptos a votar eram 23.199 mil, os votantes foram 16.628 mil alagoinhenses, votos em branco corresponderam a 20,1% do eleitorado, os votos nulos ficaram em 9,7%, o índice de abstenção ficou em 28,3%. Pareceu haver uma rejeição aos candidatos em disputa nesse pleito, somado os votos brancos e nulos, bem como os que se abstiveram. A eleição foi marcada pela volatilidade eleitoral. Marcus Figueiredo assim definiu o conceito: “[...] consiste na mudança/manutenção da direção do voto do eleitorado entre duas eleições consecutivas”.<sup>24</sup>

Na primeira eleição em vigência do bipartidarismo, as cadeiras do Poder Legislativo municipal sofreram mudanças. Em 1966, a maioria era arenista, já em 1970, se tornou emedebista. Isso mostra como havia um realinhamento nos votos do eleitorado alagoinhense. Embora Figueiredo use as eleições estaduais e federais em

<sup>23</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleições municipais de 15 de novembro de 1970.

<sup>24</sup> FIGUEIREDO, Marcus. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 – 1978. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p.186-196, dez. 1995. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995\\_figueiredo\\_volatilidade\\_eleitoral\\_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995_figueiredo_volatilidade_eleitoral_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 ago. 2021, às 14:23 horas. p. 187.

seus estudos para definir a volatilidade eleitoral, no Quadro 2<sup>25</sup>, foi possível observar que o alinhamento de votos no estado da Bahia era à direita e ao conservadorismo, se modificando no início da década de 1970 em direção ao MDB, e a partir de 1974, sofre um refluxo. Esse último padrão será verificado mais à frente nas eleições seguintes.

Três vereadores arenistas se reelegeram: Miguel Fontes, Altino Rocha e Edson Oliveira. O MDB só reelegeu apenas um candidato, o vereador Antonio Paolilo. O ARENA elegeu a única mulher no período da Ditadura Civil-Militar, a vereadora Jurilda Santana, embora com a menor quantidade de votos na disputa, 311. Antes do Golpe de 1964, “[...] a professora Maria de Lourdes Veloso, [foi] a única mulher eleita para o Legislativo Municipal em Alagoinhas durante a Segunda República [...]”<sup>26</sup>, pelo PTN na legislatura de 1959–1962.

Tanto Jurilda Santana quanto Maria de Lourdes Veloso eram professoras, categoria que lhes garantiu boas condições socioeconômicas, politização e acesso às instituições públicas. De acordo o censo demográfico da década de 1970, considerando os setores de atividade, as mulheres eram maioria na prestação de serviços, que incluía as diversas trabalhadoras informais como as lavadeiras; e nas atividades sociais como ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social, etc.<sup>27</sup>

Eram ofícios de menor remuneração e que ocupavam muito do esforço e tempo das alagoinhenses. A vida doméstica, o trabalho e a atuação política poderiam se configurar numa tripla jornada, criando um obstáculo para concorrer aos cargos políticos. Outro fato a ser considerado em relação à eleição de Jurilda Santana, é que havia mais mulheres com anos de estudos e grau de curso completo no município, exceto no Superior.<sup>28</sup> Ela pode ter gerado uma identificação da população feminina com a sua representação política.

---

<sup>25</sup> *Ibid.* p. 23.

<sup>26</sup> MORAIS, Moisés Leal. *Op. cit.* 2011. p. 107.

<sup>27</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico de 1970 – Bahia. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 8, 1973.

<sup>28</sup> *Ibid.*

O ARENA usou o critério de sublegenda<sup>29</sup> e triplicou a aposta para alcançar o Poder Executivo local com três candidaturas: a do ex-vereador Jefferson Vila Nova, que recebeu 3.897 mil votos; José Mutti de Almeida, com 659 votos; e Ruy Conceição Pedreira, 528 votos. A estratégia pareceu ter dividido os votos do eleitorado, pois, somadas as votações dos três prefeituráveis, Murilo Cavalcanti ganhava com folga.

O MDB deu uma virada no mandato tampão, contando com a maioria da Câmara Municipal, elegeu oito vereadores, em detrimento de cinco arenistas. Isso pode ter garantido vantagem na criação e execução de projetos na urbe. Além disso, diversos serviços e inaugurações ocorreram no início da década de 1970, o que pode ter associado à sua imagem às diversas realizações no município de Alagoinhas.

O seu governo ocorreu na vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969–1974). O plano econômico foi uma política nacional-desenvolvimentista amparado em empréstimos internacionais que, privilegiou diversos setores industriais.<sup>30</sup> O período ficou conhecido como “Milagre Econômico” devido à alta taxa de crescimento do PIB e deflação, se comparado aos anos anteriores. Apesar do otimismo, outros índices se mostraram preocupantes, mostrando que nem toda a população acabou contemplada.<sup>31</sup>

Apesar das conquistas no mandato e o apoio de Antônio Carlos Magalhães, o governo de Murilo Cavalcanti terminou em um escândalo devido a um crime político. O prefeito e seu irmão Flávio Coelho Cavalcanti foram acusados de mandantes do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas,

Eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (*MDB*) com 761 votos no pleito eleitoral de 1972, Celso Dantas, que possivelmente seria líder do Governo do emedebista Judélio de Souza Carmo, foi assassinado em 18 de janeiro de 1973 por dois homens mascarados e armados com revólveres em sua casa, e alvejado com um tiro na garganta, enquanto lia um livro na cabeceira da mesa na companhia de sua esposa, Etelinda Schramm Dantas e de outra mulher que

---

<sup>29</sup> BRASIL. Ato Complementar nº. 26, de 29 de novembro de 1966. **Dispõe sobre o registro de candidatos em sub[-]legendas.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 145, n. 78, [s. p], 29 novembro 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-26-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-26-66.htm). Acesso em: 26 dez. 2021, às 22:14 horas.

<sup>30</sup> Para ver as diferentes políticas econômicas e ideológicas, TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 18–19.

<sup>31</sup> LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964–1985). *In*: REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

assistia a novela “Selva de Pedra”, da emissora Rede Globo de televisão.<sup>32</sup>

O fato pode ter determinado um redirecionamento do eleitorado em direção aos arenistas, pois, sensibilizou em muito a opinião pública alagoinhense. O evento e seus desdobramentos foram veiculados na mídia estadual e nacional. Apesar do desgaste da imagem, Murilo e seu irmão não foram a julgamento, e foram soltos graças a um *habeas corpus*, pois, não foram confirmadas suas participações no crime.<sup>33</sup>

Isso não pareceu ter enfraquecido a imagem de Murilo Cavalcanti ou diminuído o apoio do carlismo. Ao longo dos anos, ele conquistou o cargo de deputado estadual pela ARENA em dois mandatos, o primeiro de 1975 a 1979, e o segundo de 1979 a 1983, o que demonstra o seu capital eleitoral e influência na política baiana. Foi titular e suplente em várias comissões de importância na Assembleia Legislativa da Bahia, além de Presidente da Mesa Diretora em 1981–1983.<sup>34</sup>

Considerado o resultado do pleito de 1972, ocorreu a volatilidade eleitoral. O voto no Brasil muda constantemente, o fato faz parte da nossa história política. Em um sistema bipartidário, ela fica ainda mais nítida, bem como a identificação partidária do eleitor. Como pode ser visto na Tabela 3, a mudança no alinhamento eleitoral sofreu um refluxo, e os ventos eleitorais penderam para o lado da ARENA.

**Tabela 3** - Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1973–1977).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Judélio de Souza Carmo	MDB	10.220
Vice-prefeito	—	—	—
Vereador	Jefferson Villa Nova	ARENA	933
Vereador	Antonio Fontes	ARENA	827
Vereador	João Cardoso da Cruz	ARENA	805
Vereador	José Francisco dos Reis	ARENA	753
Vereador	Dimas Rodrigues Campos	ARENA	686
Vereador	José da Silva Azi	ARENA	646

<sup>32</sup> PIMENTEL, Wagner de Souza. Classe dominante em conflito: o caso do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH – Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307\\_ARQUIVO\\_4877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307_ARQUIVO_4877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf). Acesso em: 27 jan. 2022, às 11:32 horas.

<sup>33</sup> *Ibid.*

<sup>34</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Murilo Coelho Cavalcanti. 2021. **ALBA**. Salvador. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/presidencia/presidente/depois47/5000408>. Acesso em: 14 maio 2021, às 12:29 horas.

Vereador	Elísio Macedo	ARENA	492
Vereador	José de Deus Oliveira	ARENA	492
Vereador	José Francisco de Jesus	ARENA	488
Vereador	Marco Antunes Boiron Cardoso	MDB	1.456
Vereador	Crisanto Borges	MDB	902
Vereador	Beroaldo Soares do Nascimento	MDB	883
Vereador	Celso Magalhães Dantas	MDB	761

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1972).<sup>35</sup>

Com 25.775 mil aptos a votar, os votantes foram 18.139 mil, 29,5% dos alagoinhenses se abstiveram. Os votos em branco e nulos, somados entre prefeitos e vereadores ficaram em 2.499 mil eleitores, e 1.569 mil votos nulos, com mais votos brancos e nulos para vereadores que para prefeitos.<sup>36</sup> A disputa pela prefeitura indicou ter sido polarizada entre Judélio Carmo e a candidatura única do arenista José Ribeiro Libório, candidato apoiado por Murilo Cavalcanti.<sup>37</sup>

O início da década de 1970 foi um momento de ascensão da oposição no Brasil. Foi um momento em que o MDB assumiu um caráter de oposição mais objetivo, o que ameaçou a institucionalidade do governo discricionário. A bancada emedebista no Congresso Nacional aumentou gradativamente.<sup>38</sup> Em Alagoinhas, essa guinada à esquerda manteve a prefeitura nas mãos do MDB, mas se tornou minoria na Câmara de Vereadores.

A campanha de Judélio contou com a ajuda dos movimentos sindicais e estudantis do município.<sup>39</sup> No entanto, essa vitória não aconteceu em Alagoinhas sem a resistência dos apoiadores do regime. Depois da crise do homicídio que vitimou o vereador emedebista Celso Dantas, o prefeito eleito Judélio Carmo sofreu um processo de *impeachment* que repercutiu na esfera estadual e nacional.

Deputados estaduais literalmente foram às vias de fato ao tratarem deste tema e o senador Orestes Quércia e o deputado federal Ulisses Guimarães, figuras de proa do MDB nacional, ameaçaram denunciar à Tribuna das duas casas do Congresso Nacional a perseguição da ARENA ao Prefeito do MDB de Alagoinhas/BA. Se comprometeram,

<sup>35</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1972.

<sup>36</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 28, n. 339, out. 1979.

<sup>37</sup> MARCELINO, Pedro. *Op. cit.*, 2015.

<sup>38</sup> JORNAL DO SENADO. **Senado 74: a eleição que abalou o Brasil**. Brasília: ano 20, n. 4.207, encarte especial, 19 nov. 2014.

<sup>39</sup> CRUZ JUNIOR, Antonio Sales da. Lenta, gradual e segura? Não para os combatidos! Os petroleiros e a redemocratização em Alagoinha, BA (1974–1985). *In*: MEDICCI, Ana Paula; MASCARENHAS, Maria José Rapassi; LIMA, Marcelo Pereira (org.). **Veredas da História Política**. Salvador: UFBA, 2017.



Prefeito	Miguel Santos Fontes	ARENA	6.687
Vice-prefeito	Jefferson Villa Nova	ARENA	—
Vereador	José Ribeiro Libório	ARENA	1.606
Vereador	João Cardoso da Cruz	ARENA	749
Vereador	Nilton Cruz Esteves	ARENA	630
Vereador	José de Deus Oliveira	ARENA	576
Vereador	Newton Andrade Pimentel Sampaio	ARENA	573
Vereador	Antônio Edson da Vila Costa	ARENA	543
Vereador	Walter Altamirano Robatto Campos	ARENA	539
Vereador	Jamin Nascimento Silva	ARENA	535
Vereador	Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias	ARENA	525
Vereador	João Bosco de Farias	MDB	695
Vereador	Josafá Paulino dos Santos	MDB	601
Vereador	José Antônio dos Santos	MDB	600
Vereador	Genário Carvalho Damião	MDB	500

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1976).<sup>42</sup>

Havia 30.866 mil eleitores, mas só 25.323 compareceram às urnas, 17,9% se abstiveram de votar, menor índice desde 1970. Exceto os arenistas Miguel Fontes, Jefferson Vila Nova e Walter Campos, esse foi o pleito com o maior índice de renovação. No entanto, o número de cadeiras se manteve. Foi a única vitória da ARENA ao Executivo municipal na Ditadura Civil-Militar, e contou com um mandato estendido até o ano de 1983 por meio de emenda constitucional.<sup>43</sup>

O partido estava muito fortalecido. No início da década de 1970, a imagem do MDB estava desgastada devido aos seus dois ex-prefeitos se envolverem em escândalos. Murilo Cavalcanti havia sido acusado de ser mandante do assassinato do vereador emedebista Celso Dantas, e Judélio Carmo sofrera um arrastado processo de *impeachment* que mobilizou o MDB há nível nacional para reaver o cargo.

Não à toa, o ex-vereador arenista e comerciante Miguel Fontes, se sagrou e seu vice-prefeito Jefferson Vila Nova se elegeu por uma sublegenda da ARENA. O partido estatal elegeu larga maioria, das treze vagas a Câmara Municipal, conquistou nove cadeiras, restando quatro delas para o MDB. Os candidatos arenistas presidiram a Câmara em três biênios consecutivos.<sup>44</sup>

Com essa ampla maioria, a margem de aprovação de projetos e a sua influência na opinião pública se alargou em muito na cidade. A década de 1970 foi

<sup>42</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976.

<sup>43</sup> BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 1980. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, [s. p], 11 de setembro de 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-14-9-setembro-1980-373576-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 ago. 2023, às 18:40 horas.

<sup>44</sup> ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoinhas: ano 1, n. 8, jan. 1982.

um momento de desenvolvimento urbano e construção de equipamentos públicos, reformas e ofertas de serviços, tanto na Sede de Alagoinhas quanto nos distritos da zona rural como Araçás, Riacho da Guia e Boa União.

Esse momento coincidiu com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), criado no governo do presidente general Ernesto Beckmann Geisel (1974–1979). O objetivo do plano econômico era dar continuidade à política nacional-desenvolvimentista do governo anterior, entretanto, à custa do arrocho salarial, precarização do trabalho e os desmantelamentos dos sindicatos.<sup>45</sup>

O clima de otimismo nacional em relação ao dito “Milagre Econômico”, nascido da política de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) amparado por empréstimos internacionais<sup>46</sup>, e as diversas leis eleitorais que beneficiavam a ARENA como o Pacote de Abril, permitiram largas vitórias, mesmo com a volatilidade eleitoral.<sup>47</sup> Ao considerar o número de filiados no fim dos anos de 1970 na Tabela 5, mesmo com aumento de emedebistas em alguns estados, foi perceptível uma maior busca pela representação política em favor da ditadura,

**Tabela 5** – Eleitores filiados ao ARENA e ao MDB até o mês de outubro no quadriênio 1976–1979.

UF	1976		1977		1978		1979	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
AC	1.871	1.129	1.389	806	822	571	2.700	2.027
AL	24.016	8.801	24.252	8.817	24.426	9.098	24.412	9.278
AM	5.477	4.160	5.477	4.160	5.477	4.160	5.477	4.160
BA	97.980	14.330	349.690	45.366	394.193	54.675	400.450	57.271
CE	98.222	23.834	98.189	24.039	98.235	24.012	98.181	23.994
ES	40.051	13.349	40.799	13.370	40.813	13.627	40.947	16.795
GO	98.538	32.938	83.496	30.115	95.014	35.470	95.776	35.918
MA	119.907	13.333	143.137	13.798	144.242	14.693	146.254	16.034
MT	39.083	9.786	41.120	12.205	43.067	12.892	15.896	6.485
MS	—	—	—	—	—	—	29.461	10.187
MG	508.352	99.614	408.745	104.138	437.384	107.902	439.974	112.364
PA	43.467	14.278	43.889	14.440	44.105	15.181	44.218	15.578
PB	54.780	23.325	85.858	23.808	55.781	24.413	58.129	24.932

<sup>45</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964–1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>46</sup> LUNA, Francisco Vidal; HERBERT, S, Klein. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS FILHO, Arão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 94-96.

<sup>47</sup> ALVES, Maria Helena Moreira, *op. cit.*, 1989.

PR	268.535	69.064	250.344	66.909	266.988	70.697	298.347	77.518
PE	149.415	27.709	166.942	30.981	151.284	27.396	153.433	29.127
PI	100.406	8.996	98.217	9.275	95.829	9.210	98.165	9.711
RJ	94.887	96.911	94.343	98.673	93.091	97.136	62.631	53.883
RN	28.760	18.427	29.928	18.345	29.637	18.510	29.859	18.816
RS	98.982	71.532	101.151	72.948	101.515	69.879	96.155	70.745
SC	92.898	35.117	93.366	35.344	98.620	38.550	99.326	39.761
SP	673.490	150.766	673.773	123.804	668.047	157.711	696.420	209.202
SE	42.341	8.127	42.382	8.220	42.599	8.676	42.669	8.741
AP	1.644	1.624	1.644	1.624	1.644	1.624	1.608	1.629
RO	385	308	385	308	2.470	811	2.508	888
RR	338	275	338	375	338	275	338	275

Fonte: TSE, Boletim Eleitoral, n. 303, (1976); TSE, Boletim Eleitoral, p. 860, (1977), TSE, Boletim Eleitoral, n. 327, (1978); TSE, n. 348–350, (1980).<sup>48</sup>

No total, o número de filiados ao ARENA sempre foi maior que o do MDB no quadriênio, apesar do desgaste do regime ditatorial. Em âmbito nacional, no ano de 1976 houve 72,1% a mais de filiados arenistas, em 1977 filiaram-se 79,9%, no ano de 1978 se filiaram 72,2%, e por fim, no ano de 1979 se filiaram 72,2% a mais de arenistas.

Considerando as regiões do Brasil em sua divisão territorial atual, no Norte, as filiações a ARENA foram 64,2% maior no quadriênio. Nos estados do Amazonas e do Acre, o número de filiações se manteve igual de 1976 a 1979, sendo contabilizado apenas uma vez; o mesmo ocorreu com o Território de Administração Federal de Roraima. No território do Amapá, o número de filiados se manteve igual de 1976 a 1978, sendo somado apenas os números de 1978 e 1979.

No território de Roraima, só se somou os números de 1977 a 1979. É possível que não tenham tido novas filiações partidárias ou os números não tenham sido atualizados nos anos em que se repetem. Essa diferença foi subtraída na soma geral do quadriênio para todo o país, para o cálculo do valor anual, foram considerados todos os números.

No Nordeste houve 81,8% a mais de filiações ao ARENA. Na Bahia, se filiaram à ARENA 1.242.313 milhões de pessoas, no MDB foram 171.642 mil, 86,2% a mais de arenistas. No Centro-Oeste, havia 65,5% a mais de filiados ao partido ARENA. O

<sup>48</sup> O número de filiados eram computados anualmente até o mês de setembro, o mês de outubro aconteciam as campanhas eleitorais e em novembro eram as eleições. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 25, n. 303, out. 1976. p. 853; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 315, out. 1977. p. 860; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 27, n. 327, out. 1978. p. 605; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 348–350, jul./set. 1980. p. 88.

estado do Mato Grosso do Sul não apresentou dados de 1976 a 1978, fora desmembrado por lei complementar de 1977, mas só se tornou estado em definitivo no ano de 1979.

No Sudeste, onde estavam os dois maiores colégios eleitorais do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, a ARENA teve 70,7% a mais de filiados. O único estado com maior percentual de filiados do MDB foi o Rio de Janeiro, embora mantenha um empate técnico, visto que o índice foi de apenas 0,5% maior que o seu rival. No Sul do Brasil, 58,3% a mais de filiações arenistas.

Com a redemocratização da década de 1980, o país voltava ao pluripartidarismo. Novos atores políticos entravam em cena, bem como novas legendas dividindo as identificações partidárias de um eleitorado já bastante volátil. A criação do *Alagoinhas – Jornal do Município*, periódico institucional elaborado pelo prefeito Miguel Fontes, poderia garantir uma visão positiva na opinião pública em relação aos arenistas, mobilizar as bases eleitorais e fortalecer as alianças políticas.

O órgão de imprensa institucional foi criado no vácuo de publicações da imprensa local no biênio de 1981–1982. Contou com a editoração do experiente Ubaldo Marques Porto Filho, que ao longo de 1970 e 1980 produziu diversos periódicos através da empresa SGS.<sup>49</sup> A produção de um jornal institucional buscou positivar as ações do governo municipal, minimizar as deficiências da gestão, denunciar a oposição, sensibilizar a opinião pública a favor do interesse do prefeito Miguel Fontes e seus partidários.<sup>50</sup>

Além disso, o prefeito buscava fazer de Jefferson Vila Nova o seu sucessor, e o periódico serviu de suporte para o marketing político. Silmara Carneiro e Silva definiu o objetivo do uso racional do marketing nos processos políticos,

[...] o de mobilizar o público eleitor, principalmente durante as campanhas eleitorais, a aderir ao perfil de uma candidatura e encontrar razões suficientes para decidir sua intenção de voto em

---

<sup>49</sup> SOUZA, Márcio Santos. **Apresentação**. UBALDO MARQUES PORTO FILHO. Disponível em: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=185&tipo=2>. Acesso em: 25 mar. 2020, às 15:23 horas.

<sup>50</sup> SANTOS, Caliel Alves dos; SANTOS, Mariléia Oliveira. As representações dos negros nas fotografias do *Alagoinhas – jornal dos municípios* da década de 1980. ENCONTRO DE AÇÃO AFIRMATIVA: PRÁTICAS DE ESTUDANTES COTISTAS EM PESQUISA E EXTENSÃO, 2., 2019. **Relatório...** [...]. Salvador: 2019. p. 1–8.

favor mesma, de forma a contribuir diretamente para sua vitória no pleito eleitoral, através do seu poder de voto.<sup>51</sup>

Os chefes do Poder Executivo, nesse caso, os prefeitos, são políticos midiáticos, ou seja, estampam capas de jornais, dão entrevistas no rádio, realizam debates na TV, e participam de comícios empregando o marketing político. Buscam atingir a sensibilidade do eleitorado, esse último recorre as imagens e a sua cultura política para escolher os seus candidatos sem intermediação do partido.

Uma matéria de capa do *Alagoinhas – Jornal do Município*, escrita pelo prefeito Miguel Fontes, e elencava motivos para o eleitorado votar em Jefferson Vila Nova. Uma série de adjetivos e qualificadores são relacionados ao vice-prefeito: “qualidades indiscutíveis”, “ilibada honradez”, “méritos incontestáveis” e “dignidade pessoal”, relacionava a candidatura do prefeiturável a moralidade enquanto o afastava da corrupção.<sup>52</sup>

O prefeito almejou demonstrar que o seu vice-prefeito era mais que um sucessor, não haveria uma interrupção da gestão “[...] candidato ideal para dar continuidade aos programas do meu governo [...]”<sup>53</sup>, e se disporia a proporcionar a cidade “[...] às aspirações de progresso alagoinhense.”<sup>54</sup> Ao declarar “[...] a candidatura de Jefferson Vila Nova para prefeito de Alagoinhas, é merecedora de toda confiança.”<sup>55</sup>, expõe valores morais, o distingui de seu forte concorrente, Judélio Carmo, ex-prefeito e vereador do MDB, e faz sua escolha de sucessão política.

Os vereadores, contam com as suas redes de sociabilidades locais, seja na sua rua ou bairro, são os mais próximos da população. O contexto social de vizinhança contribuiu em muito para os legisladores alagoinhenses angariarem votos na cidade. Baseados nos estudos mais recentes de geografia eleitoral, o espaço geossocial influencia em “[...] como a localização do eleitor, as características do lugar onde a

---

<sup>51</sup> SILVA, Carneiro Silmaria e. Marketing político e comportamento eleitoral: reflexões sobre as estratégias de marketing político em campanhas eleitorais. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113–136, jan./abril. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527007.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021, às 21:55 horas. p. 122. Grifos nossos.

<sup>52</sup> ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoinhas: ano 2, n. 20, 1ª quinzena de ago. 1982. Matéria de capa.

<sup>53</sup> *Ibid.* 1982. Matéria de capa.

<sup>54</sup> *Ibid.* 1982. Matéria de capa.

<sup>55</sup> *Ibid.* 1982. Matéria de capa.

pessoa vive e as informações políticas que circulam dentro de um contexto social específico [sic] influenciam a escolha eleitoral.”<sup>56</sup>

Eles tiveram mais chances de cooptar votos através do clientelismo. Não é incomum que um vereador seja eleito por ser conhecido do votante, ou da família, ou por ter prestado algum tipo de benefício em período eleitoral. Aqueles mais inseridos no cotidiano da urbe, como as instituições desportivas e da imprensa tiveram mais êxito em se reeleger ou ganhar novos mandatos.

Na eleição seguinte, Judélio Carmo retornou a prefeitura local. Seu vice-prefeito era um ex-vereador arenista, o Altino Rocha. Cinco vereadores se reelegeram: José Libório, Nilton Esteves e João Cruz agora pelo PDS; e Josaphat Santos e José Santos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dimas Campos retorna a um terceiro mandato pelo PDS.

Na Tabela 6, há o menor índice de renovação no legislativo municipal durante a Ditadura Civil-Militar. A representação política do PDS ficou em sete vereadores, e o PMDB com cinco.

**Tabela 6** – Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1983–1988).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Judélio de Souza Carmo	PMDB	16.628
Vice-prefeito	Altino Ribeiro Rocha	PMDB	—
Vereador	José Ribeiro Libório	PDS	1.002
Vereador	Sidney Leal Ferreira Leal	PDS	829
Vereador	Nilton Cruz Esteves	PDS	769
Vereador	José Edesio Cardoso Filho	PDS	733
Vereador	Dimas Rodrigues Campos	PDS	616
Vereador	João Cardoso da Cruz	PDS	606
Vereador	Oscarlito Veloso de Brito	PDS	578
Vereador	Josafá Paulino dos Santos	PMDB	1.725
Vereador	Antonio Fernando Xavier dos Santos	PMDB	960
Vereador	José Antonio dos Santos	PMDB	840
Vereador	Antonio Raimundo Conceição	PMDB	726
Vereador	Claudionor Bispo de Souza	PMDB	707
Vereador	Raimundo da Rocha Espinheira	PMDB	654

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1982).<sup>57</sup>

<sup>56</sup> ZOLNERKEVIC, Aleksei. A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 108–119, jul./dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056\\_A\\_influencia\\_da\\_geografia\\_no\\_comportamento\\_eleitoral\\_contexto\\_social\\_de\\_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056_A_influencia_da_geografia_no_comportamento_eleitoral_contexto_social_de_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf). Acesso em: 22 nov. 2021, às 22:05 horas. p. 18.

<sup>57</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1982.

O eleitorado era de 48.593 mil, comparecendo as urnas 38.080 mil eleitores. Após anos de bipartidarismo na Ditadura Civil-Militar, ocorreu a primeira eleição em sistema pluripartidário. O pleito de 1982 manteve a polarização entre dois partidos: O PDS, sucessor da ARENA; e o PMDB, continuidade do MDB. O único outro partido envolvido na disputa eleitoral no município foi o Partido dos Trabalhadores (PT).

Disputando o Poder Executivo, havia três candidatos: Judélio Carmo pelo PMDB; outro pelo PDS, com 15.790 votos; e um candidato do PT com 434 votos, ambos com nomes ignorados. Os votos em brancos equivaleram a 22,4% e os nulos ficaram em 10,3%. Os que se abstiveram de votar foram 21,5%. Não houve candidaturas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e PTB.<sup>58</sup>

Como o PT e o PDT eram novas siglas, os seus quadros políticos ainda contavam com pouco financiamento, bases eleitorais ainda a se construírem e pouca identificação partidária. Por exemplo, os candidatos a vereadores petistas lograram pouco êxito, conquistando juntos 420 votos. Apesar do menor índice de renovação, essa eleição também foi marcada pelo maior índice de rejeição eleitoral. A diferença do total de votos do PDS e do PMDB é irrisória, uma diferença de 230 votos para o partido de direita. Mesmo assim, o PDS manteve o predomínio da Câmara Municipal.

### **Considerações finais**

O período de média duração forneceu dados que foram quantificados e serializados. Ao considerar a temporalidade, foi feita uma análise agregada, levado em conta os fatores sócio-históricos e políticos. Como a proposta não era fazer previsões em relação ao comportamental eleitoral de Alagoinhas, coube historicizar, mostrar os nexos de causalidade do fenômeno dentro da conjuntura.

O voto pode ser tratado como uma escolha individual, mas os resultados eleitorais dependem do conjunto da sociedade. Vários são os motivos que podem condicionar o voto, dentre eles, o número de filiados nos partidos em disputa, o que pode aumentar o financiamento das campanhas eleitorais, o engajamento na militância e a chance de obter maioria nos cargos eletivos.

---

<sup>58</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982**. Brasília: TSE, v. 14, t. 3, 1989.

A legislação eleitoral também é um dos seus fatores condicionantes. As leis definem o rito do processo eleitoral: o período de votação, como e quando devem ser realizadas as campanhas eleitorais, quem está apto ou não a votar e ser elegível, etc. O sistema bipartidário enfraqueceu as esquerdas no Brasil, isso se refletiu no desempenho do MDB em Alagoinhas e no restante da nação.

O partido de oposição ao governo discricionário teve melhor desempenho na obtenção dos cargos do Poder Executivo. A ARENA dominou com folga a maioria das legislaturas. De modo geral, o índice de renovação dos quadros políticos foi baixo. O município acompanhou a tendência histórica de volatilidade eleitoral do país, e de uma inclinação estadual à direita e ao conservadorismo durante a conjuntura.

Durante o período, todas as seções eleitorais alagoinhenses funcionaram, o que demonstra que o rito eleitoral ocorria sem grandes problemas. O número de abstenções variou ao longo do tempo, sempre ficando acima dos 15%. O número de desfiliações foi maior no MDB, o que acabou minando as suas forças ao longo da Ditadura Civil-Militar junto a outros elementos como a repressão, a censura e as leis.

Na Ditadura Civil-Militar, a política institucional alagoinhense foi dominada por homens, principalmente aqueles de perfil conservador, pró-militar e pertencentes as classes dominantes. Eram eles comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais como jornalistas, médicos e advogados. No caso das mulheres, a sua atuação política sofria limitações devido a tripla jornada que a vida política lhe acarretaria. Possibilidades de novas pesquisas históricas se apresentam sobre as questões de sexo e identidade sexual entre as décadas de 1960 a 1980 em Alagoinhas.

Esse artigo se utilizou de um corpo de fontes específicas. Se fossem consideradas as pesquisas de opinião de cada período eleitoral, as notícias veiculadas nos jornais da época, a demografia do voto e uma análise da atuação política dos legisladores por meio das atas da Câmara de Vereadores, os dados poderiam ter sido complementados. Seria possível até obter novos resultados sobre o comportamento eleitoral alagoinhense.

## **REFERÊNCIAS**

ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoinhas: ano 1, n. 8, jan. 1982.

ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoínhas: ano 2, n. 20, 1ª quinzena de ago. 1982. Matéria de capa.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964–1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Murilo Coelho Cavalcanti. 2021. **ALBA**. Salvador. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/presidencia/presidente/depois47/5000408>. Acesso em: 14 maio 2021, às 12:29 horas.

BAHIA. **Moção de Aplausos pelos 50 anos de Fundação do Alagoínhas Atlético Clube**. Autoria de Gilmar Teles. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Conselho de Cultura da Bahia. Salvador, 30 mar. 2021. Disponível em: [http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano\\_2021/MOCOES\\_ATUALIZA\\_DA\\_2021/MOCAODEAPLAUSOS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf](http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano_2021/MOCOES_ATUALIZA_DA_2021/MOCAODEAPLAUSOS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf). Acesso em: 18 dez. 2021, às 22:06 horas.

BARROS, José D'Assunção. As abordagens. *In*. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, Salomão Antonio. **Vultos e Feitos do Município de Alagoínhas**. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979.

BRASIL. Ato Complementar nº. 26, de 29 de novembro de 1966. **Dispõe sobre o registro de candidatos em sub[-]legendas**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 145, n. 78, [s. p], 29 novembro 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-26-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-26-66.htm). Acesso em: 26 dez. 2021, às 22:14 horas.

BRASIL. Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de 1965. **Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 20 de novembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 21 dez. 2021, às 14:42 horas.

BRASIL. Ato Institucional nº. 2, de 27 de outubro de 1965. **Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 27 outubro 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:06 horas.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 1980. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, [s. p], 11 de setembro de 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-14-9-setembro-1980-373576-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 ago. 2023, às 18:40 horas.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 9 dez. 2021, às 10:25 horas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão: 069.3.53.O., Fase PE, Orador: Colbert Martins, PMDB-BA., 15 abr. 2009, às 15: 16. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=069.3.53.O&nuQuarto=39&nuOrador=1&nuInsercao=38&dtHorarioQuarto=15:16&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=15/04/2009&txApelido=COLBERT%20MARTINS&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=15:16&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 30 nov. 2021, às 21:21 horas.

CRUZ JUNIOR, Antonio Sales da. Lenta, gradual e segura? Não para os combatidos! Os petroleiros e a redemocratização em Alagoinha, BA (1974–1985). *In*: MEDICCI, Ana Paula; MASCARENHAS, Maria José Rapassi; LIMA, Marcelo Pereira (org.). **Veredas da História Política**. Salvador: UFBA, 2017.

FIGUEIREDO, Marcus. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 – 1978. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p.186-196, dez. 1995. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995\\_figueiredo\\_volatilidade\\_eleitoral\\_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995_figueiredo_volatilidade_eleitoral_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 ago. 2021, às 14:23 horas.

FONTENELLE, André. Há 50 anos, país passava a ter só dois partidos. **Agência Senado**. Brasília, atualizado em 2 out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:32 horas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoinhas. BA**. 2. ed. Guanabara: IBGE, n. 480, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico de 1970 – Bahia. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 8, 1973.

JORNAL DO SENADO. **Senado 74: a eleição que abalou o Brasil**. Brasília: ano 20, n. 4.207, encarte especial, 19 nov. 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964–1985). *In*: REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARCELINO, Pedro. Política e Violência. *In*: **Alagoinhas: o que a memória guarda**. Alagoinhas: FIGAM, 2015.

MARTINS, Eder Alexandre. Ditadura de quem?. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: ANPUH – Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962\\_ARQUIVO\\_EderMartins-Ditaduradequem.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962_ARQUIVO_EderMartins-Ditaduradequem.pdf). Acesso em: 23 out. 2023, às 10:16 horas.

MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948–1964**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2011.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 41–90, 2008. Disponível em: [https://mpira.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA\\_paper\\_31919.pdf](https://mpira.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA_paper_31919.pdf). Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:56 horas.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414–430, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193/32038>. Acesso em: 21 ago. 2021, às 20:00 horas.

PIMENTEL, Wagner de Souza. Classe dominante em conflito: o caso do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH – Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307\\_ARQUIVO\\_4\\_877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307_ARQUIVO_4_877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf). Acesso em: 27 jan. 2022, às 11:32 horas.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RIBA, Vinicius de Lara. **Entre o empirismo e a teoria: uma análise da produção científica nacional sobre comportamento eleitoral (1956–2014)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Caliel Alves dos; SANTOS, Marilécia Oliveira. As representações dos negros nas fotografias do *Alagoinhas – jornal dos municípios* da década de 1980. ENCONTRO DE AÇÃO AFIRMATIVA: PRÁTICAS DE ESTUDANTES COTISTAS EM PESQUISA E EXTENSÃO, 2., 2019. **Relatório...** [...]. Salvador: 2019. p. 1–8.

SILVA, Carneiro Silmaria. Marketing político e comportamento eleitoral: reflexões sobre as estratégias de marketing político em campanhas eleitorais. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113–136, jan./abril. 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527007.pdf>, acesso em 22 nov. 2021, às 21:55 horas.

SOBOUL, Albert. Descrição e medida em História Social. **Revista de História**, [S. l.], v. 37, n. 75, p. 175–188, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.128470. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128470>. Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:52 horas.

SOUZA, Márcio Santos. **Apresentação**. UBALDO MARQUES PORTO FILHO. Disponível em: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=185&tipo=2>. Acesso em: 25 mar. 2020, às 15:23 horas.

SOUZA, Margarida Maria de. **Memórias entrelaçadas**. 2. ed. São Paulo: Scortecci Editora, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 18-19.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Prefeitos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 15 abr. 1969.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Vereador 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 16 jan. 1968.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 315, out. 1977.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 25, n. 303, out. 1976.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 27, n. 327, out. 1978.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 28, n. 339, out. 1979.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 348-350, jul./set. 1980.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982**. Brasília: TSE, v. 14, t. 3, 1989.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleições municipais de 15 de novembro de 1970.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1972.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1982.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 108-119, jul./dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-](https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056_A_influencia_da_geografia_no_comportamento_eleitoral_no_contexto_social_de_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf)

[2/publication/332350056\\_A\\_influencia\\_da\\_geografia\\_no\\_comportamento\\_eleitoral\\_no\\_contexto\\_social\\_de\\_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056_A_influencia_da_geografia_no_comportamento_eleitoral_no_contexto_social_de_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf). Acesso em: 22 nov. 2021, às 22:05 horas.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023